

A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Lais Pereira de Oliveira

Docente na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília.

E-mail: laispereira2@yahoo.com.br

Tatielle Marques Cunha

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás.

E-mail: tatielle.lettras@hotmail.com

Ana Paula da Fonseca Vieira

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás.

E-mail:

anapaulafonsecaafv@hotmail.com

RESUMO

Analisa a abordagem sobre política de indexação em periódicos da Ciência da Informação. Constitui estudo com abordagem quanti-qualitativa, realizado mediante pesquisa bibliográfica sobre o tema, na literatura nacional publicada. Foram selecionadas 27 revistas, nas quais se efetuou a busca por assunto em 25 delas, ativas na ocasião do levantamento, utilizando as palavras-chave política de indexação e manual de indexação. Os resultados, dentro do recorte temporal estabelecido, demonstram um total de 17 artigos publicados. O ápice da produção foi no ano de 2012; o maior número de trabalhos saiu na revista Informação e Sociedade; e, dentre os autores que mais produziram sobre o tema destaca-se Fujita, com participação em 07 artigos. A política de indexação é a questão principal em 07 produções; em 04 trabalhos é tratada de forma secundária; em outros 06 é citada brevemente na conclusão. Conclui-se que o assunto foi relativamente pouco trabalhado nos últimos 25 anos – menos de uma produção por ano – mas que predomina nos artigos a abordagem do mesmo enquanto tema principal, seja em termos de sua ocorrência e aplicação nas unidades de informação, seja em discussões sobre o pequeno destaque na literatura ou sua correlação com outros processos organizacionais.

Palavras-chave: Tratamento da informação. Indexação. Política de indexação. Manual de indexação.

INDEXING POLICY IN BRAZILIAN'S SCIENTIFIC PRODUCTIONS IN INFORMATION SCIENCE

ABSTRACT

Analyzes the approach of indexing policy in journals of Information Science. It is a study with quantitative and qualitative approach, conducted through literature on the subject, published in the national literature. 27 journals were selected, in which they conducted the search by subject in 25 of them active at the time of the survey, using the keyword indexing policy and indexing manual. The results within the established time frame, show a total of 17 published articles. The peak of production was in 2012;

the largest number of works came out in the journal *Informação e Sociedade*; and among the authors who produced on the subject stands out Fujita, participating in 07 articles. The indexing policy is the main issue in 07 productions; 04 work is treated secondarily; other 06 is mentioned briefly in the conclusion. It concludes that the matter was relatively little developed the last 25 years – less than one production per year – but that predominates in articles addressing the same as the main theme, in terms of their occurrence and application in information units, either in discussions on the small highlight in the literature and its correlation with other organizational processes.

Keywords: Information processing. Indexing. Indexing policy. Indexing manual.

1 INTRODUÇÃO

Atividade chave nas unidades de informação, o tratamento da informação a nível descritivo e temático é o que viabiliza a recuperação e o acesso à mesma. A construção dos elementos físicos e dos descritores gera pontos de acesso e dados descritivos importantes para a representação informacional.

No âmbito temático há o processo de indexação, mediante o qual o assunto do item é representado em palavras-chave que melhor o descrevam. A indexação pressupõe um trabalho de análise da informação e uma ocasião de tradução, a partir da qual se adequam os termos dentro da linguagem documentária estabelecida. De modo geral, “a indexação envolve ações interpretativas complexas” (LIMA; MACULAN, 2014, p. 24), mediante as quais será dado acesso às informações contidas nos documentos.

A política de indexação (PI) é o instrumento que regula a atribuição de descritores no âmbito das unidades de informação, englobando o processo decisório acerca dessa atividade e as diretrizes para a sua condução. Permite, com isso, delimitar a “cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários” (FUJITA, 2012, p. 17). Além do que concorre para a padronização da indexação, evitando divergências no estabelecimento dos termos, ao mesmo tempo em que ampara os indexadores e estabelece uma linha comum para a análise temática e sua representação.

Como observam Sousa e Fujita (2014, p. 32) “o processo de indexação é uma atividade complexa e as normas e políticas são suportes, com os quais o profissional pode

ter amparo na execução da tarefa, ao invés de adotar a perspectiva do bom senso”. Na verdade:

em cada um dos setores de atuação de uma biblioteca existem políticas gerais e específicas funcionando como diretrizes administrativas de ação que orientam a tomada de decisão, quais sejam: política de desenvolvimento de coleções, política de preservação e conservação do acervo, política de atendimento, entre outras. A política de indexação também é uma delas [...]. (RUBI, 2012, p. 107)

O artigo se insere nesse contexto, abordando a temática política de indexação na perspectiva das produções científicas a respeito da mesma, publicadas nos últimos 25 anos em periódicos da área de Ciência da Informação. A análise da produção no assunto permite vislumbrar o desenvolvimento do mesmo a nível teórico e a forma como é enxergado por pesquisadores da Ciência da Informação. Além disso, traz indicativos práticos sobre a estruturação e aplicação da política de indexação e de processos correlatos a ela no universo do tratamento temático.

2 INDEXAÇÃO

A indexação visa representar o teor temático de um documento por meio de descritores. De acordo com Duarte (2007, não paginado), a indexação “é uma forma de representação do conhecimento que faz uso da análise de assunto para identificar e selecionar os conceitos que representam a essência de um documento”. Nunes (2004, p. 56) assim considera:

entendida a indexação de assuntos como aquela realizada por humanos, por oposição às várias modalidades de indexação automática, realizadas por computadores, há consenso na literatura em qualificá-la como uma atividade especialmente complexa. Esta noção está vinculada à multiplicidade de fatores intervenientes no ato de indexar realizado pelo bibliotecário, que se realiza necessariamente no marco de uma instituição.

Indexar consiste, portanto, no “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2). Essa linguagem pode se dar por meio de linguagem natural, quando as palavras-chave são

escolhidas de forma livre, ou controlada, quando os termos representativos derivam de vocabulários controlados, “essencialmente uma lista de termos autorizados” (LANCASTER, 2004, p. 19).

A descrição temática pode ainda ser realizada de modo atributivo ou derivativo. No primeiro caso, o indexador estabelece descritores independentemente de existirem no documento analisado. No segundo, a indexação deriva do texto, reduzindo-se a termos nele contemplados, de modo que “palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático” (LANCASTER, 2004, p. 18).

Na condução do processo, sendo este realizado pelo indexador, caracteriza-se como indexação manual, “chamada igualmente intelectual ou humana” (PINTO, 2001, p. 229). Sendo o computador a extrair os termos e processá-los, constitui-se a denominada indexação automática. Além disso, o profissional pode ser exaustivo, no caso de delimitar muitos descritores, ou seletivo, se optar por menor quantidade de palavras. Logo, “quanto mais exaustiva for a indexação, mais termos ela vai empregar” (RUBI, 2009, p. 85).

Mais do que a quantidade, é importante definir a profundidade dos termos, o que reflete o nível de especificidade da indexação, ou seja, a intensidade da palavra adotada na representação de assunto. Segundo Dias e Naves (2013, p. 22) o nível de especificidade “se refere ao quanto se pode ser preciso ao se especificar o assunto de um documento que está sendo indexado”.

Segundo Vieira, Oliveira e Cunha (2017, p. 29) “indexar de maneira exaustiva ou seletiva, atributiva ou derivativa, com ou sem linguagem controlada, são algumas das decisões que precisam ser tomadas e estarem efetivamente estabelecidas na política”. Como se observa, a política de indexação pode ser determinada por diversos fatores (FUJITA, 2016), desde:

a seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário [...] além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação. (*Ibid.*, p. 15)

O que norteará a escolha da linguagem e a forma de atribuição dos descritores, além da quantidade e profundidade dos termos, são as características da unidade de informação e de seu acervo, bem como as necessidades dos usuários que são por ela

atendidos. Contudo, a indexação apresenta etapas que devem ser seguidas para ser concretizada. Segundo Lancaster (2004), envolve duas fases principais que são: análise conceitual e tradução. A primeira consiste em identificar os assuntos tratados no documento. Já a tradução trata da conversão da análise, feita inicialmente, em descritores que representam o conteúdo desse documento. Como destaca Duarte (2007, não paginado):

em termos de estruturação clara, a indexação possui como etapas: o conhecimento do conteúdo do documento (leitura rápida do documento através do título, subtítulo, introdução, conclusão, dentre outros), a escolha dos conceitos a serem representados - consistindo na análise conceitual do documento para condensar o documento (destaque para a seletividade e para exaustividade), a tradução dos conceitos escolhidos e incorporação de elementos sintáticos eventuais (levantamento dos descritores adequados considerando a importância dos conceitos em relação ao conjunto do documento a indexar).

Uma indexação de assunto bem feita é fator crucial para a posterior recuperação do documento. Como afirma Nunes (2004, p. 55) “a recuperação de informações armazenadas num catálogo ou numa base de dados bibliográfica depende fundamentalmente de uma boa indexação dos assuntos contidos nos documentos incorporados ao acervo de uma biblioteca”.

Embora haja um conjunto de etapas a serem seguidas na indexação, não há termos corretos ou incorretos para um documento. Silva e Fujita (2004) ressaltam que a indexação deve ser feita tendo em vista “o conhecimento prévio do indexador, as necessidades informacionais dos usuários, a política de indexação da unidade de informação e a estrutura textual dos documentos” (*Ibid.*, p. 158).

Para Pinto (2001, p. 229), “[...] não existe uma regra única para se elaborar uma representação em nível de indexação; a maneira segundo a qual um documento terá seu conteúdo representado deverá ser estabelecida pela política de indexação definida pelas Unidades de documentação”. Mesmo porque “na condução da indexação é importante seguir diretrizes pontualmente estabelecidas, as quais guiarão a atividade garantindo padronização, regularidade na atribuição de termos e níveis próximos de distinção e especificação de assunto” (CUNHA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2016, não paginado).

Logo, um conjunto de princípios de indexação “devem estar inseridos em uma política de indexação definida pela biblioteca e que deverá ser seguida pelo bibliotecário

no momento da análise de assunto [...]” (RUBI, 2009, p. 86-87). A política serve como guia que orienta como deverá ser feita a indexação no centro de informação, para manter um padrão de qualidade na representação de assunto e atender as necessidades informacionais dos usuários.

3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Política de indexação é, de acordo com Nunes (2004, p. 55) “uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas”. Caracteriza-se como elemento padronizador das ações de indexação dos documentos.

A política de indexação é o manual com diretrizes representativas do processo de indexação de assunto. Também pode ser compreendida como o conjunto de parâmetros que guiará a unidade de informação e refletirá o processo decisório desta em torno da representação temática da informação.

Para Vieira, Oliveira e Cunha (2017, p. 33) “a política de indexação é o documento internamente instituído nas unidades de informação e que irá reunir os parâmetros e a filosofia de indexação destas”. Segundo Tartarotti, Dal’Evedove e Fujita (2015, não paginado) “o manual de política de indexação tem o papel de otimizar os serviços em sistemas de recuperação da informação e sua elaboração e uso tornam-se essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades, inclusive para tomada de decisões”. Nessa perspectiva, o manual de um sistema de informação constitui sua documentação oficial (FUJITA; RUBI, 2006).

A compreensão da PI enquanto manual está atrelada à ideia de formalização de um documento, que traga em seu bojo as diretrizes para que se conduza a indexação. Assim, ao se pensar em política de indexação “o manual de indexação deve ser um instrumento real de trabalho e norteador dos princípios do processo de tratamento documental” (TARTAROTTI; DAL’EVEDOVE; FUJITA, 2015, não paginado). Para Fujita (2016, p. 16) “a existência de uma política de indexação e seu registro oficial pela biblioteca ou sistema tem a função de circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos da política de indexação, como [...] a exaustividade e a especificidade”.

Segundo Rubi (2008, p. 42):

O manual de indexação deve constituir o rol de documentação oficial de uma biblioteca, estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assunto, fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e, principalmente, conter os elementos constituintes da política de indexação adotada por um sistema de informação. Portanto, o manual de indexação é um dos meios pelo qual a política de indexação de um sistema de informação poderá ser observada.

Na mesma direção, Fujita e Rubi (2006, p. 53) explicitam que a política pode ser observada “por meio de diagnósticos de infra-estrutura física, de serviços e de recursos humanos como também por meio de sua documentação oficial, como o manual de indexação”. Contudo, a política de indexação é mais do que um documento com o registro de procedimentos para indexar. Fujita e Santos (2016, p. 60) rotulam a PI como o “conjunto de elementos, variáveis, instrumentos, métodos e técnicas influentes e determinantes”. Já Rubi (2004, p. 20) frisa que:

os sistemas de informação são compostos por partes interligadas (inserção de documentos, classificação, catalogação, indexação etc.) com objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível. Nota-se, portanto, que a indexação, e por conseguinte, sua política, é uma das partes desses sistemas e, como tal, deve fazer parte também do planejamento global dos sistemas de informação como um parâmetro de sua administração no contexto gerencial.

Desse modo, a política deixa de ser atrelada à orientação de um processo puramente técnico e se insere em uma perspectiva gerencial, visto que a unidade de informação é uma organização. Conforme observa Rubi (2004, p. 19):

Isso nos leva a refletir sobre a indexação não somente do ponto de vista do processo, da operação técnica, mas sim da biblioteca como uma organização, pois a tarefa da indexação só terá sentido uma vez norteadas e respaldadas por essa filosofia. Dessa maneira, estaremos inserindo a indexação no contexto administrativo da biblioteca e não relegando-a a um contexto meramente de cunho técnico, sendo assim valorizada.

A política deve ser vista de uma maneira integrada em relação aos diversos subsistemas de recuperação de informação. Como afetam uns aos outros não se pode isolá-los (CESARINO, 1985). De acordo com Fujita e Rubi (2006, p. 49) “a política de

indexação dentro de um sistema de informação deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos durante a realização da indexação”. Para Carneiro (1985, p. 222):

na implantação de um serviço de indexação há que se levar em conta um grande número de variáveis que irão afetar consideravelmente o desempenho do serviço. Definir essas variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas, são objetivos de uma política de indexação.

Desse modo, a política de indexação assume um papel fundamental de servir como manual orientador da escolha de descritores para representar um documento e também uma função estratégica mais voltada à concepção gerencial, que ampliará a perspectiva sobre a qual a PI é enxergada internamente. Diante disto, a política torna-se “pertinente não somente aos objetivos específicos da indexação, como também às decisões administrativas que devem refletir a filosofia da biblioteca” (RUBI, 2008, p. 44).

Sintetizando as duas perspectivas, Rubi (2009, p. 83-84) delimita que:

A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, a política deve estar registrada em manuais de indexação, para que possa ser constantemente avaliada e modificada, se preciso.

Mais do que isso, reconhecendo a importância que tem “ao permear todo o processo do ciclo documentário [...] torna-se necessário que ela esteja descrita de maneira clara e objetiva [...]” (RUBI, 2004, p. 21). Carneiro (1985, p. 239-240) ressalta que “a maior parte das bibliotecas não possui políticas escritas para os seus diversos serviços, o que acarreta problemas de inconsistência e descontinuidade das operações”.

Assim, é importante que a política seja instituída e tenha existência formal. Isso garante com que seja, de fato, observada. Como ressalta Nunes (2004, p. 57-58):

em primeiro lugar, a política de indexação deve ser enunciada formalmente num documento oficial da biblioteca ou serviço de

informação, o que significa dizer que deve ser homologado por sua direção. Esta providência assegura sua permanência, continuidade, ainda que haja substituição do bibliotecário responsável por sua aplicação rotineira.

O estabelecimento de uma política formal garante uma padronização no desenvolvimento da indexação, reduzindo inclusive a subjetividade inerente a ela (PINTO, 2001). De modo geral, a PI “influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais” (TARTAROTTI; DAL’EVEDOVE; FUJITA, 2015, não paginado).

Na verdade, sendo a “norteadora do tratamento temático, a política se estabelece como um elemento fundamental para indexadores” (CUNHA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2016, não paginado). Nesse sentido, todo empenho em sua construção e atualização é válido. “Mesmo uma pequena biblioteca pode e deve formular sua política de indexação” (NUNES, 2004, p. 57).

O registro do processo decisório em torno da indexação traz clareza a esta atividade, garantindo que a equipe de bibliotecários possa se apoiar no que foi formalizado, seja uma maior ou menor quantidade de termos, mais ou menos profundidade na escolha do assunto, etc. Mesmo porque “esses procedimentos não podem estar condicionados somente na cabeça do profissional, mas devem estar expressos formalmente” (SOUSA; FUJITA, 2014, p. 28). Conforme considerações de Carneiro (1985, p. 239-240) “uma política bem documentada, além de contribuir para a eficiência do serviço, servirá de orientação em caso de mudança na administração”.

A política auxilia até mesmo o sistema de recuperação da informação, “na medida em que possibilita a coincidência entre os termos indexados e a estratégia de busca” (DIAS; NAVES, 2013, p. 21). De acordo com Fujita e Santos (2016, p. 62) o estabelecimento da política de indexação é “imprescindível em sistemas de recuperação da informação, posto que estabelece seus principais atributos e orienta a tomada de decisões para seu planejamento”.

Guimarães (2000, p. 52, tradução nossa) considera que “a determinação de uma política de indexação se encontra diretamente ligada a questões tais como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e

organização de conteúdos informacionais”. A respeito da importância da política de indexação para a unidade, pode-se dizer que:

é preciso que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que a indexação necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de indexação, reconhecendo, portanto, a importância em se implantar uma política de indexação (FUJITA; RUBI, 2006, p. 50).

Dessa forma, uma política de indexação indicará as diretrizes e critérios para que o bibliotecário realize a indexação de forma precisa e eficiente, minimizando assim a subjetividade e possíveis incertezas na condução do processo. Será necessário o estabelecimento de princípios essenciais na política de indexação; e segundo Rubi (2009, p. 82, grifo da autora) esses princípios “deverão influenciar o bibliotecário na sua decisão sobre a determinação de conceitos cujo resultado será observado pelo usuário na recuperação da informação. São eles: *especificidade, exaustividade, revocação e precisão*”.

Além do mais, esses elementos que norteiam a política de indexação devem estar ajustados às necessidades do usuário e a realidade a unidade de informação. Faz-se necessário observar alguns aspectos, tais como:

- identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem);
- volume e características da literatura a ser integrada ao sistema;
- volume e características das questões propostas pelo usuário;
- número e qualidade dos recursos humanos envolvidos;
- determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema;
- determinação dos equipamentos disponíveis, etc. (CESARINO, 1985, p. 165)

Seguindo essa linha, a política de indexação poderá contribuir para o planejamento e gerenciamento da biblioteca, posto que estará alinhada à cultura da unidade. Terá condições também de amparar a tomada de decisões acerca das representações de assunto e da própria organização do conhecimento.

4 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica com cunho quanti-qualitativo. De acordo com Gil (2014, p. 122) a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. Marconi e Lakatos (2010) afirmam que esse tipo de estudo abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema.

A pesquisa quantitativa se dedica à tradução em números de forma estatística. Quanto à pesquisa qualitativa, esta parte da análise mais voltada à interpretação e significado. Sendo assim, a investigação se enquadra neste rol por realizar prospecção na literatura dentro de um recorte temporal de 1990 a 2015, no qual foi levantada a produção existente sobre **política de indexação** e **manual de indexação** – palavras-chave utilizadas no momento da busca. Ao mesmo tempo, volta-se à análise do teor dos artigos e da forma de abordagem do assunto. O universo utilizado foram os **periódicos** categorizados na área de Ciência da Informação, totalizando 27 revistas, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Periódicos utilizados no levantamento.

Periódicos	Link
Biblionline	http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio
Bibliotecas Universitárias	https://www.bu.ufmg.br/rbu/index.php/localhost
Biblos	https://www.seer.furg.br/biblos
Brazilian Journal of Information Science	http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index
Ciência da Informação	http://revista.ibict.br/ciinf
Ciência da Informação em Revista	http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/index
DataGramaZero	www.datagramazero.org.br
Em Questão	http://seer.ufrgs.br/EmQuestao
Encontros Bibli	https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb
Informação e Informação	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/
Informação e Sociedade	http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies
Informação em Pauta	http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta
Informação@Profissões	http://www.deolhonaci.com/news/revista-informacao-profissoes-publica-novo-numero/
Liinc em Revista	http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci
Perspectivas em Ciência da Informação	http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib
Ponto de Acesso	http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici
Revista ACB	http://revista.acbsc.org.br/racb
Revista Analisando em Ciência da Informação	http://racin.arquivologiauepb.com.br/
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	https://rbbd.febab.org.br/rbbd

Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin/index
Revista de Ciência da Informação e Documentação	http://www.revistas.usp.br/incid/
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	http://periodicos.unb.br/index.php/rici
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci
Transinformação	http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo

Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Das 27 revistas, em apenas 25 se efetivou o acesso e a pesquisa por assunto. DataGramZero e Múltiplos Olhares em Ciência da Informação não estavam ativas na ocasião do mapeamento. Contemplaram-se apenas artigos na análise, de modo que resenhas, editoriais, comunicações e resumos de dissertações e teses não fizeram parte do escopo estudado.

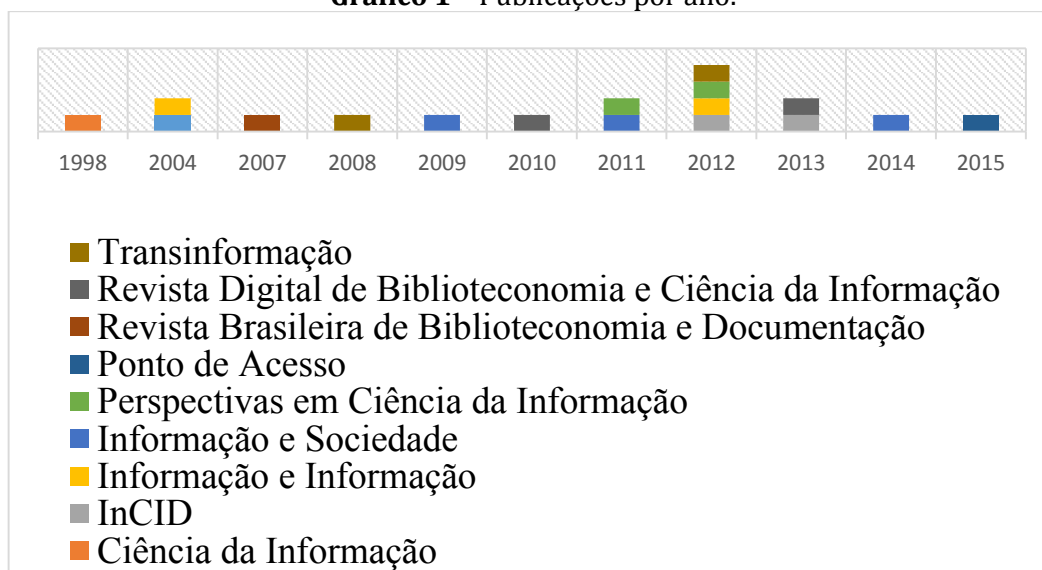
5 ANÁLISE DOS DADOS

A vertente quantitativa do estudo apresenta números da produção científica levantada, apresentando-se especificamente a partir de gráficos e tabelas; a qualitativa, por sua vez, descreve os aspectos abordados e o contexto no qual se discute política de indexação, a partir da aplicação do método de análise de conteúdo.

5.1 Números da produção científica

Entre 1990 e 2015 foram publicados 17 artigos nas revistas brasileiras da área de Ciência da Informação. Os trabalhos tratam, em maior ou menor medida, da temática política de indexação. O gráfico 1 demonstra o número de artigos produzidos por ano:

Gráfico 1 – Publicações por ano.

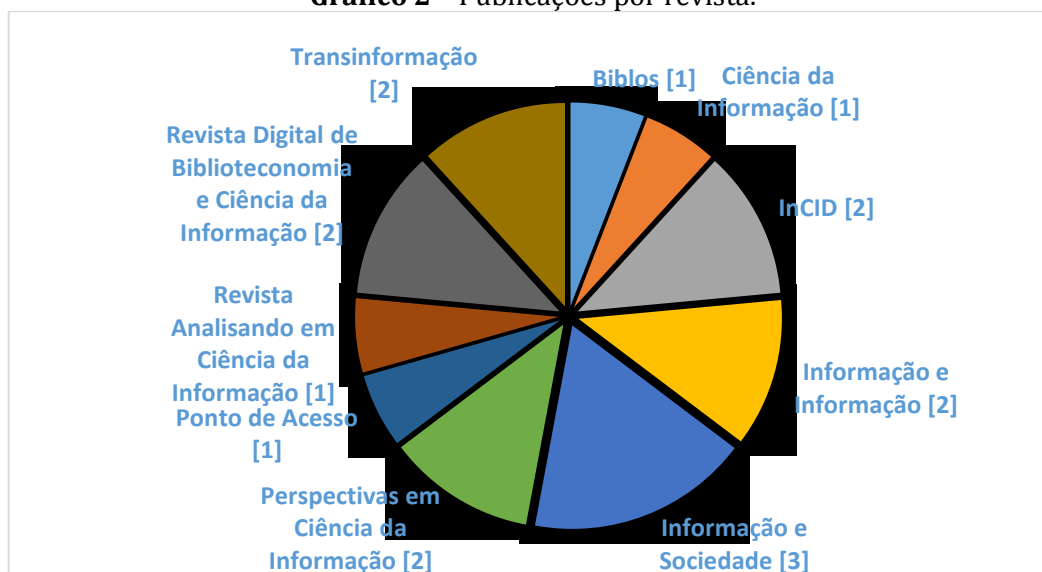


Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Observa-se que o início da produção científica nacional sobre política de indexação, no formato de artigo de periódico, dá-se mais no fim da década de 1990. Dos artigos levantados, o mais antigo é do ano de 1998. O mais recente é de 2015. 2012 é o ano que mais possui publicações, chegando a 04, seguido pelos anos de 2004, 2011 e 2013, cada qual com duas produções.

Em se tratando dos periódicos nacionais da área de Ciência da Informação, observa-se a concentração de trabalhos sobre política de indexação em apenas 10 deles. Boa parte, portanto, não possui nenhum trabalho no tema em estudo. O gráfico 2 expõe as revistas que tiveram publicações sobre a temática e a respectiva quantidade:

Gráfico 2 – Publicações por revista.



Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Percebe-se um predomínio das publicações na revista Informação e Sociedade, com 03 artigos. Na sequência, têm-se as revistas: Perspectivas em Ciência da Informação, Informação e Informação, Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Transinformação e Revista de Ciência da Informação e Documentação (InCID), todas com 02 artigos cada. Os demais periódicos aparecem com apenas 01 artigo publicado no tema.

Nota-se assim, preponderância das publicações em revistas do sudeste (InCID, Transinformação e Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação). Ainda no rol das que tiveram maior número de artigos, destaca-se a região sul (Informação e Informação), e nordeste (Informação e Sociedade).

Com relação à autoria, observa-se um maior número de trabalhos por parte de alguns pesquisadores da Ciência da Informação (vide tabela 1). Alguns publicaram em coautoria, alternando como primeiro e segundo autor. Outros o fizeram de forma individual.

Tabela 1 – Autores que mais publicaram sobre política de indexação.

Autores	Quant.	Autores	Quant.	Autores	Quant.
<i>Fujita</i>	7	<i>Fernandes</i>	1	<i>Dal' Evedove</i>	1
<i>Leiva</i>	2	<i>Braz</i>	1	<i>Díaz</i>	1
<i>Strehl</i>	2	<i>Silva</i>	1	<i>Der Laan</i>	1
<i>Rubi</i>	2	<i>Lacruz</i>	1	<i>Alvorcem</i>	1
<i>Boccatto</i>	2	<i>Albuquerque</i>	1	<i>Sousa</i>	1
<i>Silva</i>	1	<i>Lousada</i>	1	<i>Nunes</i>	1

<i>Lopes</i>	1	<i>Valentim</i>	1	<i>Narukawa</i>	1
<i>França</i>	1	<i>Torquetti</i>	1	<i>Prudencio</i>	1
<i>Pinho</i>	1	<i>Bandeira</i>	1	<i>Sousa</i>	1

Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Dentre os autores que mais produziram sobre política de indexação está Fujita, com um total de 7 artigos, produzidos entre 2008 e 2014, em anos consecutivos e sempre publicados em coautoria. Durante estes 25 anos de pesquisa Leiva segue com duas publicações em anos sequenciais e também Boccato, com duas produções, mas com um intervalo de dois anos, ambas trabalhando com coautoria. Já Strehl possui apenas duas publicações, porém, com um intervalo de 13 anos entre elas, mas em autoria única.

5.2 Aspectos abordados e contexto de discussão

Os artigos levantados têm a seguinte configuração sobre o tema política de indexação: em 07 artigos a política de indexação é a temática central, em torno da qual gira a discussão e, em certos casos, a pesquisa de campo estabelecida; em 04 trabalhos a abordagem para o assunto é secundária, sendo este discutido dentro de outro aspecto, ou mesmo em decorrência de processos relacionados à indexação e recuperação da informação. Há ainda produções em que a política de indexação é apenas citada nas considerações finais, de modo breve e resumido, não fazendo parte da discussão ou revisão teórica no texto. Estas compõem outros 06 artigos (vide quadro 2).

5.2.1 Política de indexação como tema principal

Em se tratando das publicações que têm a política como tema principal, um dos trabalhos, de 2015, apresenta um mapeamento da ocorrência da política de indexação em bibliotecas cariocas de diferentes categorias – pública, comunitária, de empresa, etc. Constitui, portanto, uma pesquisa aplicada e de caráter exploratório, como delimitam as autoras.

Um artigo de 2013 discute a política de indexação em termos do conhecimento que o catalogador de assunto tem sobre ela e o papel cumprido nas bibliotecas universitárias. A pesquisa, aplicada a três catalogadores de assunto de diferentes unidades, foi exploratória.

Uma publicação também de 2013 aborda o assunto no âmbito da indexação da informação jurídica. É um estudo exploratório, com coleta aplicada a três instituições, nas quais foi observada a existência de padronização na indexação e como isso poderia refletir em uma política.

Outro artigo, publicado em 2011, aborda a política de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. O estudo bibliográfico compara ambos os processos, combinando os elementos da política com os conceitos e teorias de gestão do conhecimento organizacional.

Um trabalho de 2010 discute a política de indexação no contexto da catalogação de assunto. É um estudo diagnóstico de cunho qualitativo, cuja pesquisa foi desenvolvida em uma amostra de nove bibliotecas universitárias que compõem a rede da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Em trabalho de 2004, discute-se a política de indexação em termos da ausência de estudos sobre a mesma na literatura biblioteconômica brasileira. É um estudo de cunho bibliográfico, que revisa a literatura sobre política de indexação e seus elementos componentes. O estudo evidencia a necessidade de estudos de caso e relatos de experiência como forma de divulgação de práticas em torno da indexação em bibliotecas.

Um estudo de 1998 trata da política de indexação no âmbito da avaliação da consistência da indexação. O estudo foi desenvolvido na base de dados de uma biblioteca universitária com acervo especializado em artes plásticas, música e teatro. Mediante a definição de critérios – que constituem uma política semi-estruturada para a unidade – a autora identificou os problemas existentes na atividade de representação temática.

5.2.2 Política de indexação como tema secundário

Com relação aos trabalhos com abordagem secundária para a temática, há uma publicação, de 2012, voltada à avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias. O estudo diagnóstico foi desenvolvido no catálogo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sendo qualitativo e com abordagem sociocognitiva. A política de indexação é discutida na ocasião de comentário dos resultados e nas considerações finais, sendo colocada como medida importante a ser adotada pelo caso em estudo para favorecer a recuperação da informação e fortalecer o catálogo.

Um trabalho, também de 2012, tem como foco a representação temática no âmbito da Arquivologia, abordando de forma secundária a política de indexação, neste caso, no contexto da gestão arquivística. Consiste em pesquisa bibliográfica e com coleta aplicada que discute, na exposição dos resultados e nas considerações finais, os elementos a serem observados na construção da política e a contribuição que esta pode trazer para os aspectos documentais de tratamento temático da informação por parte do arquivista.

Outro artigo analisado, cuja publicação se deu em 2008, versa sobre a consistência da indexação em bibliotecas universitárias brasileiras das regiões sul e sudeste do país. A partir de buscas nos catálogos, foi mensurado o nível de consistência da indexação. A este foram atreladas, entre outras questões, a política de indexação, bem como comentada a sua importância e possíveis contribuições para elevação do índice de consistência.

Em artigo de 2004 aborda-se a indexação de documentos na padronização da linguagem, mediante uso do Thesaurus Brasileiro de Educação (BRASED). O estudo de caso foi realizado na Biblioteca Digital Paulo Freire. Trata da política de indexação no referencial teórico, delimitando suas características, elementos componentes e importância da aplicação no contexto estudado.

5.2.3 Política de indexação minimamente abordada

No âmbito das pesquisas que tratam minimamente o assunto política de indexação, um trabalho de 2014 discorre sobre esta na revisão de literatura. O artigo trata da atividade de análise de assunto, por meio de pesquisa bibliográfica. De forma breve, aponta a política e a sustentação desta para a indexação e o sistema de informação.

Há uma publicação de 2012 que cita brevemente a política de indexação apenas no referencial teórico. A pesquisa desenvolveu um estudo de interoperabilidade entre linguagens de indexação, para gerar uma linguagem controlada destinada à organização de clippings jornalísticos.

Outra produção, também de 2012, cita a política em trechos espaçados da revisão de literatura. A pesquisa analisa desafios e perspectivas para a indexação de livros. Para a discussão, toma por base as tarefas bibliotecárias e mostra a interação entre ensino, pesquisa e atuação profissional para desenvolvimento de competências na análise e representação da informação.

Um artigo de 2011 fala da política de indexação no referencial teórico, citando-a uma única vez. O trabalho trata das recentes possibilidades de representação e recuperação da informação, discutindo as folksonomias e suas potencialidades. O foco da investigação foram as redes de colaboração, nas quais se observou o índice de citação e os favoritos socializados.

Em publicação do ano de 2009, a política é novamente abordada minimamente, na ocasião de exposição da revisão de literatura. O estudo diz respeito à indexação automatizada de artigos de periódicos. A pesquisa aplicada foi desenvolvida pela comparação da indexação manual feita por bibliotecários com a desenvolvida de forma automática pelo Sistema de Indización Semi-Automático (SISA).

Um trabalho de 2007 traz uma abordagem breve para o tema. O cerne no trabalho é o processo de indexação, mais precisamente o aspecto terminológico presente em seu desenvolvimento. Os autores comparam os termos escolhidos no discurso dos especialistas da Ciência da Informação com os que são empregados na indexação. A política de indexação é relatada apenas na conclusão, a título de sugestão, para que seja melhor avaliada de modo a contribuir com o sistema de recuperação da informação.

Predomina, portanto, nos artigos, o tratamento do assunto política de indexação como elemento principal, sendo abordadas desde sua consistência até a ocorrência deste em bibliotecas que foram caso em estudo. Também são discutidas nos mesmos a ausência de estudos no assunto e a política no âmbito da gestão do conhecimento organizacional.

Quadro 2 – Abordagens do tema nos artigos.

Artigos e ano de publicação	Como tema principal	Como tema secundário	Minimamente e abordada
A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB (2012)			
A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias (2012)			
A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área de Ciência da Informação: um estudo de caso (2007)			
Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras (2004)			
Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma (2014)			
As folksonomias entre os conceitos e os pontos de acesso: as funções de descritores, citações e marcadores nos sistemas de recuperação da informação (2011)			
Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes (1998)			

Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário (2012)			
Biblioteca Digital Paulo Freire: aplicabilidade do Thesaurus BRASED na indexação (2004)			
Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras (2008)			
Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação (2013)			
Indexação automatizada de artigos de periódicos científicos: análise da aplicação do software SISA com uso da terminologia DeCS na área de Odontologia (2009)			
Interoperabilidade entre linguagens de indexação como recurso de construção de instrumento de representação temática de clippings de coordenadorias de comunicação social em ambientes universitários: uma proposta metodológica (2012)			
O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias (2013)			
Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório (2015)			
Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal (2010)			
Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional (2011)			

Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

No caso dos trabalhos com abordagem secundária ou mínima para política de indexação, nota-se um estudo no âmbito da representação temática em Arquivologia. Nos demais – todos na perspectiva biblioteconômica – aborda-se: avaliação do uso de catálogos coletivos; consistência, interoperabilidade e padronização da linguagem na indexação; análise de assunto e representação da informação; potencialidades das folksonomias; indexação manual e automática; e aspecto terminológico da indexação.

6 CONCLUSÃO

Em bases gerais, os artigos sobre política de indexação, publicados em revistas nacionais de Ciência da Informação, apresentam-se em pequeno número, considerando o período temporal analisado. Situação esta já constatada em discussão teórica sobre a questão, feita por Nunes (2004, p. 56), segundo o qual “continuam escassas as referências ao tema na literatura biblioteconômica”. Há anos, inclusive, em que não houve publicação alguma sobre política de indexação, como os períodos de 1990 a 1997 – o primeiro artigo veio em 1998 – e de 1999 a 2003, além dos anos de 2005 e 2006.

Mediante o levantamento feito, foi possível constatar o predomínio de publicações de artigos em revistas da região sudeste do país. Duas delas possuem periodicidade quadrimestral, sendo uma com nível de avaliação A1 e outra B1, no Qualis Capes; a terceira revista, semestral, também tem estrato B1.

Do mesmo modo, alguns autores destacam-se na pesquisa sobre o assunto, tais como Fujita, que possui o maior número de artigos publicados sobre o tema, nos 25 anos cobertos pelo levantamento. É perceptível também, um conjunto de autores com uma única publicação na matéria, mas com trabalhos de relevância e importantes pela discussão feita.

Por meio da análise de conteúdo dos trabalhos constatou-se, na maioria deles, um tratamento central para a temática política de indexação. Isso demonstra que a literatura tem avançado no sentido de discutir especificamente esse instrumento de padronização e regulação do tratamento temático nas bibliotecas e, não apenas trazendo-o atrelado a outras abordagens da organização e representação da informação.

Pela relevância da política de indexação e o papel crucial cumprido nas unidades de informação, novos estudos precisam surgir. O debate no assunto permitirá conhecer, difundir e integrar práticas de trabalho. Ao mesmo tempo, será importante para viabilizar a discussão na instância de formação de bibliotecários: a academia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.157-168, set. 1985.

CUNHA, Tatielle Marques; VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de. Constituição dos estudos sobre política de indexação: prospecção e análise em publicações nacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 39., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013. 115 p.

DUARTE, Elizabeth Andrade. Processo de indexação e análise de assunto: uma abordagem baseada na avaliação dos fatores intervenientes nestes processos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 2, 2007.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL-LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p.17-28.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. In: _____. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 15-19.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento em las organizaciones. **Scire**, v. 6, n. 2, p. 49-58, jul./dic. 2000.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

PINTO, Virgínia Bentes. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001.

RUBI, Milena Polsinelli. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. In: GIL-LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

TARTAROTTI, Roberta Dal'Evedove; DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesauro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2017.

Recebido em: 06 de setembro de 2016 Aceito em: 26 de outubro de 2017
